

S A R A I V A

José Antônio Saraiva, filho de pai de igual nome e de D. Maria da Silva Mendes, nasceu no Engenho Quitangá, município de Santo Amaro da Purificação - Bahia, a 1º de maio de 1823. Órfão de mãe aos 11 anos de idade, e de pai aos 12, entregue aos cuidados dos avós, e a testemunhar as constante lutas de família, identificou-se êle desde muito cedo com as agruras da vida:

"Infância sem carinho, vivendo cedo o infortúnio - cedo cristalizou êle no vácuo afetivo da orfandade o seu molde pétreo e frio. As lutas de seu pai com os parentes; a perda de seus progenitores ainda na primeira infância; a sensação dolorosa do abandono a agravar com a mutação de domicílios, uma tristeza precoce; a contrariedade às suas ambições de adolescente; as surdas hostilidades num lar sem conforto moral - tudo isso faria de Saraiva, desde seus primeiros anos, êsse austero que não sorri, êsse triunfador que não goza, êsse vitorioso que se não deslumbra, êsse vencido que se não lamenta, êsse abatido que se não revolta.

"No desconsôlo das grandes dôres de sua infância, no desalento de sua mocidade sem alegria, formaram-se-lhe aqueles atributos de frieza e de impassibilidade, de tenacidade sem entusiasmo, de ambição sem impaciência, de ação contínua sem paixão de sucesso, de calma imperturbável, sem inércia improdutiva - qualidades mestras de se caráter.

"Cedo a ação das grandes forças físicas atuaram sobre o seu eu moral ainda mal nascido; muito cedo se fez homem; "primeiro lhe vieram os cuidados que as barbas", como diria Latino Coelho. "Pertencia á forte família dos que se fazem por si mesmos, dos que anceiam por deixar o estreito aconchego da casa e procuram abrigo no vasto deserto do mundo, em oposição aos que contraem na intimidade materna o instinto doméstico predominante". (J. Nabuco - Um Estadista do Império, vol. 1, pág. 6. (...)) (In. W. Pinho, ob. cit. pags. 49/50).

"Atirado, ainda criança, á realidade dura da vida, trouxera de seu mergulho no infortúnio essa frieza sentimental, que foi talvez o segredo de seu triunfo. Enrijou-se-lhe desde logo a fibra mais para a resistência que para ação, porque foi resistindo que começou a viver". (Wanderley Pinho - Política e políticos no Império, 1930 - págs. 41 a 51).

No magnífico ensaio, acima mencionado, insinua Wanderley Pinho uma aventura amorosa entre Saraiva, então no vigor de seus 18 anos com uma certa "Maria Mulatinha" - rapariga de poucos

anos e de mulatos requebros. A convivência de seus encantos de carne moça, animada do escaldante sangue africano, era um perigo (Wanderley Pinho - Política e políticos no Império, Rio de Janeiro, 1930, pág. 11).

Pôs termo ao romance, é ainda Wanderley Pinho quem informa, a energia do avô determinando a partida de Saraiva para São Paulo, a fim de prestar os exames de preparatórios necessários à matrícula no curso jurídico naquela cidade.

Sobre a passagem de Saraiva pela Academia, desde os tempos de simples "cascabulho", nome dado aos estudantes de preparatórios, até à data da colação de grau, deixou-nos êle reminiscências em diversas cartas datadas daquele período, endereçadas ao brigadeiro Henrique Garcez Pinto de Madureira, 3º marido de sua avó, D. Joaquina Inácia Perpétua Feliciade.

Delas passaremos a reproduzir os tópicos mais sugestivos:

Sobre os primeiros obstáculos escreve:

"Com efeito não julguei efetuar o meu desejo, porque pintavam com tão negras côres fazer tantos exames em tão pouco tempo, que a ser timorato, não alcançaria essa vantagem apesar de que me custasse algumas vigílias". (Carta de 15 de março - 42).

"Só em aritmética é que me equivoquei, por que estudei mais as razões por que se faziam, etc., do que mesmo a prática" - (Carta de 15 de março - 42).

Noutra carta, acrescenta orgulhosamente:

"... estudar-se preparatórios em um ano, como eu fiz, sem ter cartas e recomendações de Ministros, ou sem se ter servido de las, é necessário passar vigílias, renunciar a tudo quanto é divertimento, estar preocupado em todos os momentos pelos estudos, e isso só o pode fazer quem vê sua triste posição, quem reconhece ser necessidade de fazer semelhantes sacrifícios." (Carta de 13 de maio de 45).

Até mesmo aos livros que leu, alguns dêles mandados buscar no Rio, por não se encontrarem em São Paulo, faz menção especial. A obra histórica de Guizot mereceu-lhe o seguinte comentário: "eu não podia em quatro meses lêr com proveito aquela obra por não tratar de exposição de fatos e sim de filosofia da Histórica: agora que tenho pouco mais ou menos adquirido o conhecimento dos fatos aproveitei muito a leitura dela, e já a estou lendo".

Referindo-se a um problema crônico: a pouca assiduidade dos lentes, informa:

"Temos tido muitas férias, por isso que o lente do

primeiro ano não podia explicar por moléstia e lentes substitutos estavam uns no Rio, outros regendo outras cadeiras, de sorte que todo o mês de abril foi de férias. Teremos portanto 5 meses letivos, porque as férias principiam em outubro e nesse tempo hei de vêr se faço alguma coisa para que meu ato não seja mau." (Carta de 6 de maio de 1842).

Deixando de lado a vida escolar, passa a tratar então dos rumores de subversão da ordem, afinal confirmados com a Revolução Paulista de 1842, cujo epílogo se verificou em Sorocaba, com a vitória das tropas de Caxias sobre as hostes revolucionárias de Rafael Tobias de Aguiar.

"Há dias participei a V. S. que as vozes de revolução se ouviam cada vez mais e que eu temia perder o ano: agora pois está declarada e ocupada por grande força a Cidade de Sorocaba, e já começam aparecer as conseqüências dêsse desastroso tempo - a carestia de víveres e dinheiro, e por conseqüente alguns correspondentes suspendendo as mesadas dos estudantes que não têm outro remédio senão mudarem-se para o Rio, e se houver mesmo com que se compre a passagem. Essa situação se haveria de agravar com a chegada das forças que se esperam do Rio para suplantar a rebelião".

Ainda sobre o movimento sedicioso, testifica:

"Eu peço encarecidamente que V. Ex. dê a ordem de passagem, e a razão é que pode haver uma entrada dos rebeldes aqui, ainda que momentânea, pode haver um cerco, e com isto a Academia necessariamente se deve fechar e os Estudantes tomar armas, o que já eles têm feito patrulhando a Cidade, e agora com a marcha do exército para fóra tornem a patrulhar..."

Trata do mesmo assunto a carta de 1º de julho.

"A província já está quasi tôda pacificada. o Snr. Luís Alves de Lima, Barão de Caxias depois de se ter conservado aqui perto da Cidade, por que se diziam que os rebeldes queriam acometer a Capital: Moveu-se do acampamento para atacar uma força de oitocentos homens que estavam a 5 léguas distante, e os rebeldes sabendo do ataque, fugiram com tanta precipitação que desampararam tudo e o Barão continuando a perseguí-los foi entrar em a Cidade de Sorocaba entre vivas a S.M.I., e ao exército legal, não havendo um só tiro, por terem se vindo entregar muitas partidas que tinham saído de Sorocaba com o Sr. Rafael Tobias, e outros: Consta com tôda certeza que os rebeldes saíram de Sorocaba em fuga, e sem tenção de resistir mais, tanto assim que muita gente se tem vindo apresentar ao Barão, e êle se acha na Capital, tendo deixado o batalhão 12 em Sorocaba, e vai marchar com a cavalaria, os provisórios da Bahia, e mais gente a restaurar as vilas

do norte que não podem, tanto por sua posição geográfica, como sua pequena população, fazer resistência alguma; Dizem que depois disso marcha para Barbacena: Snr. Diogo Feijó foi preso em Sorocaba, e algumas outras cabeças da revolução que se não puderam evadir."

São do mesmo teor as notícias que dá a 25 de julho:

"Esta província está tôda pacificada. O Norte dela que tinha-se últimamente rebelado, está pacificado, e foi onde houve um rompimento de sangue, porque os rebeldes resistiram, e tiveram em ação 50 e tantos mortos: o Barão de Caxias retirou-se para o Rio, deixando tudo em tranquilidade: Em Minas as Armas Imperiais têm sido vencedoras em qualquer parte que se apresentam, e breve os rebeldes serão inteiramente derrotados."

Com a revolução subiram os preços dos gêneros, descendo um pouco com a pacificação. A vida era, porém, ainda cara. Saraiva esclarece a seu avô sobre a sua situação econômica e bem se percebe em suas linhas o vexame de tratar de semelhante assunto. Em certo ponto pinga da pena êste conceito interessante:

"Pouco desejo gastar, porque sei a utilidade que daí me deve resultar porém S. Paulo de 42 (êle escrevia em 28 de outubro de 1842) não é o de 28 em que se abriu a Academia e que se passava até com mil réis, e muito bem."

Depois de referir-se à elevação do custo de vida, em decorrência da revolução, passando a tratar das dificuldades com que lutava, em virtude da falta de recursos, diz:

"Já em uma que a V.S. escrevi fazia-lhe vêr que a mesada de trinta mil réis que aqui tenho não era suficiente, e se V.S. de mim exigisse uma conta das despesas mensais, e o mais, eu lhe provaria melhor sem jamais faltar á verdade: Até aqui tenho recebido algumas quantias (como V.S. sabe) quantias que tenho pedido, e que sendo a minha mesada a mesma que até agora, sempre estarei a pedir, porque não posso deixar de comprar o necessário nem ficar devendo. Ora é fastidioso estar-se sempre a pedir para pagar o que se está devendo, quando podia passar sem dever coisa alguma: - Note-se que não tenho devido também senão a meu correspondente, visto isso não posso deixar, antes de principiarmos o ano seguinte de pedir a V.S. um aumento de dez mil réis de mesada, para que possa passar sem estar sempre a importunar-lhe. Tenho a quantia que recebo em setembro, não posso passar decentemente, sem andar com dívidas e outras coisas: Também me chegaria trinta mil réis, se tivesse ordem para se me dar roupa necessária para o ano, calçado, etc., o que vinha dar no mesmo pois que os rapazes que aqui têm ordem de trinta mil réis têm também

SBAH
12419-18
(5-34)

de tirar extraordinários; e como não quero nada de arbitrário, por isso peço só o aumento de dez mil réis; conheço que não devo gastar muito, porém não posso deixar de gastar o necessário e não ocupando-me aqui senão com os estudos, não tenho até hoje vícios em que possa gastar, não preciso, nem quero mais do que seja suficiente para que possa concluir a minha formatura, o fim dos meus desejos, e em que fundo as minhas esperanças - Se V.S. achar razoável o que tenho dito (como espero) julgo não duvidará anuir ao meu pedido, porque persuado-me que se confia em mim, e faço esforços para que tôdas as pessoas que em mim depositam alguma confiança, não a julguem mal baseadas."

Para um moço jogado em terra estranha, balda de distrações, e da qual não podia afastar-se por falta de recursos, e sem companheiros que lhe amenizassem a solidão, a chegada das férias correspondia a uma época de tristezas.

Confinado em sua "república", transformada como por encanto em retiro conventual, via correr os dias melancolicamente.

As pessoas que conhecia, por cartas de apresentação do avô, pela diferença de idade, em vez de divertí-lo, só podiam causar-lhe tédio:

"É o tempo mais insípido de se estar em São Paulo, e por isso desejo, ansiosamente o tempo das aulas, porque ordinariamente nessas relações são com os estudantes, e quasi todos com quem entretenho relações têm ido para suas províncias, ou para o Rio, e só ficam os "Bichos" ou estudantes de preparatórios para fazer exames."

Não foi isento de preocupações, que Saraiva, moço tímido, prestou os exames do 2º ano, nos quais foi aprovado plenamente;

"Houveram (sic) no meu ano quatro reprovações e cinco colegas mais deixaram de fazer o ato, temendo a mesma sorte, de sorte que havendo dezenove rapazes no primeiro, só temos 10 presentemente no segundo. Havia na terrível banca que nos examinou, um lente que, apesar de nos ter lecionado algum tempo, e poder formar um juízo sobre a capacidade dos rapazes disso positivamente que se regularia só pelo ato. Por isso não deixei de ir para o exame com bastante medo de levar um "R" se me espichasse, porém, tendo a felicidade de não perturbar-me, fiz muito bom exame, e o lente, querendo tornar-se justiceiro desta maneira, cometeu êste ano injustiças, não pôde lançar seu "R" em muitos, e com efeito ainda que se tenha estudado, e saiba-se bem as matérias, pode-se fazer mau ato, e êste não pode mostrar a capacidade ou incapacidade." (Carta de 20 de novembro de 1842).

Os mesmos temores e apreensões voltou Saraiva a experimentar nos exames do terceiro ano, em que também foi aprovado plenamente.

O rigor dos lentes paulistas, com o qual contrastava a benignidade dos professôres de Olinda, chegava a causar-lhe calafrios.

"V. Ex. deve saber que em Olinda há muita indulgência para com os estudantes, e que São Paulo distingue-se por seu rigor, que abrandá-se muito com a intervenção dos ministros ou do Tobias, o potentado da terra ... Aqui êste ano 14 ou 15 rapazes deixaram de fazer atos por estarem com certeza de sairem reprovados nos diversos anos; no meu ano 5 foram notificados por pessoas de suas amizades que saiam reprovados, e dois que afrontaram o aviso, perderam o ano saindo reprovados e outros passam-se para Olinda; outro tanto se dá nos diversos anos."

Ressalta-se, nesta carta, a mordacidade com que Saraiva se refere ao espírito acomodaticio dos professôres de São Paulo. Muito mais simpáticos e humanos, sem dúvida, eram os professôres de Olinda...

Nordestino transplantado para uma terra fria, com a sua eterna garoa, a mudança de clima parece ter-lhe ocasionado diversos distúrbios de saúde. Daí, os temores que revela em algumas de suas cartas.

A linguagem, nessas ocasiões, mais se assemelha a de um velho vencido pelos achaques do que a de um moço em pleno vigor da mocidade.

"Eu há um mês acho-me de cama e ainda agora não posso sair à rua, porque no fim de tudo saiu-me uma multidão de leicções, que estou quasi entrevado. Tenho estado durante estas férias encerrado em casa, e passando uma vida de martírio por causa de moléstias que tenho sofrido; e que ainda mesmo que não fôsem importantes, tornar-se-iam por causa de minha posição aqui; um estudante obrigado a tratar-se mesmo sem ter uma pessoa que lhe cuide, atacado de febres, e estas acompanhadas de outras moléstias, deve dar graças a Deus se ficar bom. Eu não tenho esperanças de ficar inteiramente bom aqui, porque me é impossível ter um tratamento completo, e a prova disto está em que eu nunca passo quatro, cinco meses, sem ter o meu incomodozinho, só tenho medo de ter uma moléstia grave, que me faça perder o ano; por isso, por precaução, não dou faltas, senão por doente; anseio por acabar o meu curso, e ver se posso sair dessa cidade, onde não me tenho dado bem, exceto no primeiro ano em que cheguei." (Carta de 2 de fevereiro de 1845).

Noutra carta, em que dá notícias de já se achar restabelecido, refere-se êle a dois episódios de grande importância para o Brasil - o nascimento do príncipe D. Afonso, primogênito de D.

Pedro II, a 23 de fevereiro, e a terminação da revolta dos "Farra-
pos", conflito armado que enlutou o Rio Grande do Sul, desde 1835 a
1845.

"... graças a Deus, me acho quasi restabelecido pa-
ra dar princípio no dia 5 do mês seguinte a meus trabalhos acadêmi-
cos, os quais demorar-se-ão muito êste ano, em razão de seguirem-se
imediatamente as férias, as outras férias da Semana Santa e os feria-
dos que tem tido lugar, em razão dos grandes acontecimentos que se
têm reproduzido êste ano, como o nascimento do Príncipe Imperial e a
pacificação da província do Rio Grande, que tem sido aqui assáz fes-
tejada, não só pelo govêrno, como pelos habitantes de tôdas as clas-
ses desta capital, e que será em tôdas as províncias do Império, pois
com êle parece firmada a integridade do Brasil, além de prometer-nos
a fuga de bancarrota que nos ameaçava." (Carta de 29 de março de 1845).

Temperamento ordeiro, pacifista por índole, inimigo
das soluções radicais, deixa cair da pena êste verdadeiro grito d'al-
ma:

"Oxalá que eu, acabando a minha vida acadêmica, veja
acabados por uma vez as resoluções e desordens! Porque com êles só
podem lucrar os ambiciosos que, para saciarem sua ambição, não recu-
am diante de meio algum, que os possa satisfazer; eu as execro. V.Ex.
sabe que motivos pessoais talvez me impelisses a pensar assim, se os
fatos que falam muito alto, não tivessem no curto espaço de quatro
anos, que tenho podido ouvir, e pensar a respeito de negócios do meu
país, enraizado em mim essa profunda convicção." (29 de março de
1845).

Mal profeta, ou melhor, julgando-se muito aquém do
futuro que o esperava, deixa extravasar a seu respeito opiniões das
menos lisongeiras:

"Sem as qualidades que podem despertar no homem a
ambição política, eu não desejo senão o obscuro lugar de advogado ou
magistrado, onde, cumprindo com meus deveres, possa ser útil a meus
irmãos, e garantir da miséria o meu futuro, e tenho a mais firme con-
vicção de que V.Ex. concorrerá para que eu possa alcançar êsse dese-
jo, expressão fiel dos meus sentimentos".

Noutro trecho desta carta, volta êle a reportar-se à
solidão que o cercava durante às férias, e também a do seu precário
estado de saúde:

"Nunca passei um tempo tão triste, e tão mal como as
férias êste ano, e se V. Ex. conhecesse o que é em S. Paulo um estu-
dante doente, por certo bastaria dizer-lhe que estive de cama quasi
dois meses, para saber que passei uma vida de martírio. Tive desejos
de sair estas férias para advogar em alguns lugares no Juri, porém,

não me era possível, em razão das despesas que devia fazer, ainda que ao depois pudesse lucrar alguma coisa; assim, terei de passar ainda umas férias muito mal, porque o tempo das férias é, com efeito em São Paulo, uma estação abominável em tudo, e me resigno a isso, certo de que serão as últimas que talvez passo como estudante, e não para o homem em outra qualquer posição."

Reabertas as aulas, criava alma nova. A própria hipocondria parecia coisa do passado. Envolvido pela alegria que o cercava, tornava-se figura obrigatória nas festas realizadas.

A vida acadêmica, nestas ocasiões, proporcionava-lhe todos os encantos possíveis:

"Nesta cidade hoje reina o maior alvoroço com as festas do Espírito Santo, que são esplêndidas, e com as proclamações feitas por bando de mascarados, anunciando três dias de cavalhadas ainda pela pacificação do Rio Grande, que tem sido aqui muito festejada por tôdas as classes, e os que vão correr quasi todos são estudantes Riograndenses muito bons cavaleiros, os quais já deram um grande baile e uma representação teatral além de outro grande baile dado pelo corpo acadêmico, em que foram sócios: êsse entusiasmo certamente é digno de elogios, e filho do desejo que tinham de ver terminada uma guerra que lhes causou tantos infortúnios". (Carta de 13 de maio de 1845).

Uma das grandes impressões de sua mocidade foi, sem dúvida, a visita de D. Pedro II a São Paulo, em 1846, de que nos dá notícia em carta de 28 de janeiro do mesmo ano:

"... esperam-se nesta capital SS.MM. Imperiais que até o dia 2 ou 3 devem estar em Santos, de volta de Santa Catarina, onde deviam tocar no seu regresso do Rio Grande do Sul: Preparam-se (como era de esperar) grande festas para a sua augusta recepção, e posto que muita opposição se tivesse manifestado contra o presidente mesmo do partido que atualmente domina, por já ter êle gasto perto de 300 contos de réis pelo motivo da visita do Imperador, essa opposição vai desaparecendo à proporção do entusiasmo que requinta com a proximidade da visita dos augustos cônjuges. As subscrições, até agora limitada e que fizeram com que o presidente dependesse muito dos cofres públicos, vão se multiplicando, e só as assinaturas do partido Saquarema (conservadores) chegou a uns poucos de contos de réis, e estou certo que no Sul do Império, todos vêm com prazer a vinda do Imperador, mau grado as vociferações de alguns periódicos do Norte, que muita impressão tem produzido por aqui, pelos seus princípios republicanos manifestados com termos indecentes e injuriosos ao Imperador".

Sôbre o mesmo assunto, em carta de 4 de março, acrescenta:

"O Imperador e Sua Senhora acham-se nesta cidade desde o dia 26 do mês passado, e foram recebidos muito bem nesta capital, que reuniu em si o povo de todos os lugares circunvizinhos. Tem já visitado tôdas as preciosidades que aqui existem, e ante-ontem foi visitar a Academia, onde tivemos a honra de vê-lo e apreciá-lo de perto. É afável com todos, dirige-se a qualquer, faz-lhe perguntas e procura informar-se das menores particularidades. Tem andado a pé como simples cidadão, só acompanhado daquelas pessoas que o querem acompanhar sem aparato nenhum; enfim, desapareceu a distância que na côrte o separa do povo e isto sem a menor quebra de sua dignidade, pois que sua circunspecção, suas belas maneiras fazem com que todos o estimam e respeitem. O entusiasmo tem sido grande, e êle está muito contente, e diz sentir ter estado muito tempo no Rio Grande, por não se poder demorar mais, porquanto tem de estar no Rio antes da abertura das Câmaras. É moço, muito vivo, e segundo dizem todos, tem instrução superior à sua idade. No dia 20 vai visitar Sorocaba, a fábrica de ferro de Ipanema e outros lugares da província."

A propósito dêste perfil, comenta Wanderley Pinho:

"Quanta originalidade nesse retrato do imperante rapaz pelo acadêmico, seu futuro amigo e conselheiro?"

"Porventura, relanceando o olhar pelos alunos em forma, extendidos pelos corredores da Academia, teria o imperador notado aquela fisionomia rosada, de olhos claros como êle, e cuja alma o haveria de prender tanto, cujo caráter sempre afagou, e de cuja fortuna política foi o timoneiro constante e cuidadoso. Porventura a Saraiva dirigiu então a voz roufenha e feminina.

"Que influência teria no ânimo de Saraiva êsse primeiro encontro, quanto "apreciou de perto" o príncipe de 21 anos?"

"Quantas conseqüências na história política do país não trouxe e carregou êsse momento, em que acaso uma simpatia germinou para os grandes frutos de uma posterior colaboração de 40 anos?" (Wanderley Pinho - Política e Políticos no Império - Rio de Janeiro, 1930, pág. 26): "

Ao atingir o 4º ano, Saraiva começa a intimidar-se com os dias futuros. O ensino teórico, ministrado em alta escala, parece intimidá-lo diante dos empecilhos que teria de enfrentar:

"Quero ver se em outubro princípio a praticar com algum advogado, nesta cidade, a fim de que não saia daqui sem saber nada de prática, pois que na Academia ao menos prática não se ensina coisa alguma."

Bate na mesma tecla a carta de 30 de dezembro de 1845:

"... é muito difícil, senão impossível, sair-se desta Academia com conhecimentos práticos, pois só podemos levar daqui os princípios gerais de Direito Civil, para que, com muito trabalho possamos ir depois arranjando-nos ou na magistratura, ou na advocacia."

Passando a tratar, em seguida, de uma defesa que realizou, no Tribunal do Juri de Mogi das Cruzes, registra, sem entusiasmo:

"apesar de pouco interêsse me deixar a causa, pois era de um homem pobre e os gastos da viagem absorvem o lucro, fui defender a um sujeito acusado por tentativa de morte e tive a felicidade de fazer o meu debate, ganhando a causa, apesar de empregar o promotor todos os meios para obter a condenação, por ser protegido por Saquaremas (conservadores) ou por se julgar protegido... Aqui na cidade aparecem causas criminaes para as defender gratis e eu as deixo a muitos que melhor do que eu as podem fazer e quando aparecem algumas pagas são para os advogados grandes da terra. Assim, nada, ou quasi nada poderei fazer como estudante, e mesmo no meu ano de prática, havemos de ver se posso completamente habilitar-me para ganhar a vida em qualquer dos dois ramos que se oferecem por meio de carta - magistratura ou advocacia."

Malgrado os louros da vitória, por êles não se deixou empolgar Saraiva. Cada vez mais temeroso do futuro, continuava a encará-lo com apreensões:

"Eu vou agora descobrindo a realidade da vida, parece-me assás espinhosa. Entrar no mundo para se fazer um futuro é uma das épocas mais críticas da vida de um homem. É necessário um braço forte que dirija por tanto tempo quanto baste para que ache recursos em si mesmo." (Carta de 31 de maio de 1846).

Neste mesmo ano, a 22 de outubro, chegava ao fim a jornada acadêmica de José Antônio Saraiva.

De sua turma no Curso Jurídico de São Paulo, composta de mais dez bacharéis, também faziam parte figuras que tanto se projetaram na vida nacional, como João Dabney de Avelar Brotero, futuro lente das faculdades de Direito do Recife e São Paulo, João José de Andrade Pinto, que foi Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, e José Caetano de Andrade Pinto, membro do Conselho de Estado e magistrado illustre.

De posse do diploma de bacharel, embarca Saraiva para o Rio, a fim de incorporar-se a um escritório de renome, aonde pudes-

se adquirir a prática necessária.

Em vez de simples bacharel, ambicionava tornar-se um advogado de profissão.

Nada tendo conseguido, parte para a Bahia em 1847, onde ensaia os primeiros passos na advocacia, sem nada alcançar de prático.

Obtém, então, o 1º cargo público que ocupa, e pelo qual nada recebia, a sub-delegacia da Sé.

Daí por diante, sempre em busca de um lugar ao sol, tornou-se figura obrigatória nos corredores da Secretaria, a namorar um pòsto na magistratura.

O futuro, e, mais do que isso, a manutenção dos irmãos, pelos quais era responsável, não lhe permitiam uma atitude de inércia.

Passou, por isso, a cortejar a promotoria de Valença.

Já sentindo, nessa época, latejar-lhe nas veias a paixão política, lança-se à sua primeira aventura eleitoral - uma cadeira na Assembléia da Bahia.

Frustrado em seus desejos, tanto em relação à promotoria de Jacobina, como à cadeira de deputado, volta as suas vistas para um lugar de Juiz Municipal e Órfãos.

Nomeado promotor de Jacobina, em 1848, coincide a sua chegada àquela cidade com o pedido de licença do Juiz de Direito, em cujas funções é investido.

Nomeado Presidente do Piauí, em 1850, quando contava apenas 27 anos, desenvolve alí intensa atividade. Dentre os serviços que prestou àquela província, não deve ser esquecida a mudança da capital de Oeiras para Teresina.

A propósito dessa mudança, escreve em seu relatório:

"... minha opinião, e de quasi tôda a província, é que o Piauí não pode prosperar, não pode gosar da navegação fluvial, que lhe promete tantos bens, não pode provincializar o seu comércio, e conseguintemente desenvolver a sua agricultura, e aproveitar as ricas matas banhadas por um dos melhores rios do Brasil, sem que traçais seriamente de achar solução à mudança da capital, que sendo impossível para um lugar deserto, pode todavia ser levada à efeito, se promoverdes a criação de uma povoação, que a possa receber, sem que a Província despenda quantias, que não possui, e que lhe são absolutamente indispensáveis para ocorrer às despesas indeclináveis.

Eu satisfaço as esperanças de quasi todos os vossos comprovincianos, dando-vos conta de fatos, que já tem produzido em todos as convicções da exequibilidade da mudança da capital, até hoje

julgada por todos impraticáveis."

Deputado à Assembléia Provincial da Bahia de 1850 a 1852, foi promovido a deputado geral em 1853, mandato que desempenhou até 1867.

Nomeado presidente de Alagôas em 1853, onde moveu intensa campanha contra o banditismo, em 1855 foi removido para S. Paulo. Da mensagem que apresentou à Assembléia Provincial merecem destaque êstes trechos:

"Creio portanto que digo uma verdade, quando afirmo, que a colonização não tem recebido dos cofres provinciais senão um pequeno e insignificante serviço: e Deus queira, que a sorte do colono agravada por êsse abandono, em que o temos deixado, não nos faça ter mil arrependimentos de haver economizado algumas dezenas, ou mesmo centenas de contos de réis, que mais tarde acharíamos duplicadas, triplicadas em nossos cofres em consequência do aumento de produção, que o trabalho de cada colono deve determinar; e determinará em maior escala, se êles se puderem estabelecer de uma maneira conveniente. Entrei, senhores, nestas considerações para justificar a opinião que tenho de que a colonização deve ser diretamente auxiliada.

"A proteção dada aos colonos diretamente serve mais à colonização e à agricultura do que os favores feitos a aqueles incumbidos de sua importação ou aos agricultores, que os procuram; por que já é um favor para os primeiros os lucros, que podem tirar do desenvolvimento da imigração e para os últimos o trabalho livre para o aproveitamento de seus terrenos incultos. Refleti nisso, senhores, e não percais de vista a conveniência de favorecer sobretudo a emigração alemã. A confederação germânica possui uma população, amiga do trabalho, distinta pela economia de seus hábitos e ainda mais pelo seu espírito monárquico, e por seu respeito ao princípio da autoridade. Se a colonização pode influir grandemente nos destinos do império, e mesmo na modificação de suas instituições, cumpre que tenhamos com preferência de convidar para o país uma população afeta aos hábitos de ordem, e de trabalho, como predisposta à cultura da inteligência."

Organizado o Gabinete de 4 de maio de 1857, chefiado pelo Marquês de Olinda, nêle foi ocupar Saraiva a Pasta da Marinha. Não obstante tratar-se de um exteante, e a pasta da Marinha era geralmente reservada aos neófitos, desenvolveu ação das mais profícuas:

"Como Ministro da Marinha - diz o "Jornal do Comércio" ao estampar-lhe o neorolégio - a sua administração distingue-se pelo aumento e melhoramento do material flutuante da Armada, adquirin-

do canhoneiras próprias para a navegação fluvial, algumas das quais serviram útilmente na guerra do Paraguai, e pela reforma do Corpo então chamado "Imperiais Marinheiros" e que tanto lustre tem dado à nossa Marinha de Guerra.

^ De fato: a gestão Saraiva não foi das mais fracas ou improdutivas entre as que tem tido a nossa corporação em sua existência já centenária. Se lançarmos um golpe de vista ao "Relatório", que apresentou ao Parlamento, e à legislação do tempo, encontraremos medidas e atos que demonstram e abonam sua operosidade em benefício de uma alta corporação que vem sofrendo de longa data, salvo poucas e honrosas exceções, o abandono senão a má vontade de uma série de pseudo-estadistas sem letras ^{nem} menor visão política ou administrativa...

"Passemos a enumerar os principais atos que o recomendaram na gerência dos serviços navais: alcançou a aprovação de nova Tabela de vencimentos dos Magistrados e empregados no Conselho Supremo Militar e de Justiça; baixou um Regulamento para as compras do material para suprimento dos Almojarifados da Marinha e dos fornecimentos a seu cargo; deu nova forma ao Corpo de Oficiais-marinheiros da Armada; regulou os vencimento dos Oficiais de náutica; separou os cargos de Capitães dos Portos da Bahia e Pernambuco dos lugares de Intendentes e Inspetores dos Arsenais de Marinha das ditas províncias; mandou observar o Regulamento para exame dos Arraes das barcas a vapor; deu organização à Academia de Marinha (pelo decreto n. 2.163, de 1º de maio de 1858); criou Companhias de Aprendizes Marinheiros na Bahia, Pernambuco e Santa Catarina; criou uma Estação naval em Mato Grosso; mandou observar o regulamento do Conselho Naval; esclareceu vários artigos do plano do Montepio dos Oficiais d'Armada; deu providências a fim de melhorar a navegação do alto Paraná; organizou o Corpo de Oficiais de Fazenda; criou o Corpo de Maquinistas Navais, etc., etc.

"Sob a rigorosa fiscalização do futuro Almirante, Marquês de Tamandaré, foram construídos em estaleiros ingleses e franceses as canhoneiras Ibicuí, Itajaí, Mearim, Tieté, Araguari, Iguatemi, Araguaia, Ivaí, Belmonte e Parnaíba. Além destas foram adquiridas mais duas canhoneiras fluviais, a Anhambá e Tramandaí, que foram armadas em os nossos arsenais. Boa cópia de munição também foi comprada. Grande serviço à pátria prestava o Ministro Saraiva com a incorporação desses novos elementos à nossa Força naval. Como a prever acontecimentos futuros dizia êle em seu Relatório:- "Precisamos de continuar a fazer maiores sacrifícios em benefício da nossa Marinha de guerra. Os grandes navios, em os quais podem ter lugar as difíceis manobras e exercícios regulares de fogo, são a verdadeira escola das tripulações, a força real de uma Marinha de guerra. São êles que entretêm e desenvolvem

o espírito militar e a inteligência dos oficiais, que têm a defesa em qualquer eventualidade a honra do pavilhão nacional. São eles ainda os que podem servir para as grandes viagens, e para mostrar a nossa bandeira em remotas paragens. Cumpre, pois, que não descuidemos da aquisição de tais navios (...)

"A mudança e desenvolvimento do Arsenal de Marinha, a ampliação dos diques e a construção de outros, o arrazamento da ilha das cobras, a reunião de tôdas as repartições de Marinha em um edifício único, tôdas essas idéias, hoje mais ou menos amadurecidas e postas em execução, foram examinadas pelo atilado estadista, que mandou elaborar um estudo pelo competente engenheiro inglês Low. E se não levou avante seus projetos deve-se à sua curta permanência no governo e aos poucos recursos orçamentários na ocasião.

"Lutávamos com falta de equipagem para os navios e estudava êle o meio de resolver o assunto. Viu-se obrigado a ordenar o recrutamento e engajamento de pessoal na Europa. Dizia êle no Relatório: "Jamais desejaria uma inscrição marítima assentada em medidas de rigor. Queria rodeada de favores e de isenções para os inscritos, colocada em terreno, que não ameace o futuro de tôda e qualquer indústria, cujo desenvolvimento seja o desenvolvimento dessa família criada à beira-mar e formada para os trabalhos marítimos."

"O Conselheiro Saraiva "pertencia ao número daqueles que admiram mais no Oficial de Marinha sua perícia e coragem no mar, do que a variedade de seus conhecimentos", por isso procura dar um cunho mais prático ao Regulamento da Academia de Marinha e mostrava-se partidário das viagens de instrução que concorriam não só para o aperfeiçoamento da officialidade "como para fazerem conhecidos nos países em que o Império é julgado por inexatas informações de estrangeiros, pouco conhecedores de nossa civilização e dos nossos recursos."

"Não podemos jamais possuir uma Marinha de Guerra forte, e digna dêsse nome, sem Officiais que tenham todos os hábitos da vida do mar. Essa vida não se improvisa - dizia êle - e é o resultado dos mais longos e penosos embarques."

"Mostrava ao parlamento a necessidade de uma lei de promoções que animasse e estimulasse o desejo de servir no mar, "que mate e aniquile mesmo as solitudes de empregos em terra". A Marinha, nêsse tempo, não gozava como o Exército do benefício das promoções anuais, quasi sempre na data natalícia do imperante. De longe em longe, à vontade dos titulares da pasta, se faziam as promoções. Tal processo prejudicava sobremodo a officialidade, cujo soldo já era ridículo senão miserável. Daí os pedidos de empregos em terra ou nas compa-

nhias de vapores. Mas, caso interessante, o Ministro Saraiva que pedia providências contra essa anomalia e que achava que o Oficial de Marinha devia se fazer no mar, declara em seu Relatório ter negado licença a todos os Officiais que se têm querido empregar nas Companhias de vapores"... (Ministros da Marinha - Notas biográficas - 2ª Série, 1840-65, pelo Cap. de Mar e Guerra Lucas Alexandre Boiteux pág. 127 a 129).

Nomeado presidente de Pernambuco por Carta Imperial de 17-12-1858, tomou posse em 27 de janeiro seguinte e foi substituído a 15 de outubro do mesmo ano, motivo pelo qual nada pode realizar de prático à testa da administração no prazo de 52 dias.

Ao ser organizado o Gabinete de 2 de março de 1861, chefiado por Caxias, nele foi ocupar Saraiva a pasta do Império, para qual foi nomeado a 21 de abril do mesmo ano.

Afirmou-se na época, muito embora tivesse sido contestado pelo próprio D. Pedro II, que a escolha de Saraiva, assim como a de Sá e Albuquerque, Ministro de Estrangeiros, partirá do monarca, desejoso de incrustar no ministério elementos de tendencia moderada. Alegava-se ainda que o Imperador objetivava "desemperrar Conservadores, como Saraiva e Sá e Albuquerque para formar a liga imperialista".

Incompatibilizando-se com os colegas do gabinete, no que foi seguido por Sá e Albuquerque, dêle se retirou Saraiva a 19-7-1861.

Dado as razões de sua saída, assim se pronunciou na Câmara dos Deputados, na sessão de 11-7-1861, em resposta a um discurso de Saião Lobato, Ministro da Justiça, e futuro Visconde de Niteroi.

"Sr. Presidente, venho expôr à câmara e ao país os motivos de minha retirada do gabinete de 2 de março.

^ Êsses motivos não serão seguramente muito graves para alguns, ou mesmo para muitos de meus honrados colegas. Afirmo porém que não são tão frívolos como se afiguram ao honrado Sr. Ministro da Justiça.

^ Sr. Presidente, é minha opinião que tenho o direito de sair e o dever mesmo de abandonar um ministério em que não me acho bem. (Muitos apoiados).

^ Se eu limitasse-me às palavras que acabo de proferir, ninguém teria o direito de obrigar-me a declarações mais explícitas. A carta porém que dirigi ao ilustre chefe do gabinete, o Sr. Marquês de Caxias, diz mais: lendo-a, eu manifesto à câmara e ao país, de uma maneira completa, os motivos por que não pude continuar a fazer parte da administração atual. Eis a carta:

"Ilmo. e Exmo. Sr. Marquês.- Quando V. Ex. convidou-me pa-

ra fazer parte do gabinete que dignamente preside, tive a honra de expôr-lhe com franqueza meu pensamento geral ácerca da política, e o prazer de achar V. Ex. de acôrdo com a minha maneira de apreciar a situação do país.

^ Julguei então poder auxiliar a V. Ex. aceitando um lugar na alta administração do Estado.

^ Hoje tenho opinião diversa. Por mais que queira iludir-me, não posso convencer-me de que permanecerá entre todos os ministros a harmonia que temos procurado manter.

^ Não basta para a fôrça e crédito do govêrno a solidariedade em suas vistas gerais. É mister que os ministros confiem por tal forma em todos os seus colegas que se inspirem a maior e mais particular estima.

^ Asseguro a V.Ex. que essa confiança não existe.

^ Em tais circunstâncias é meu dever rogar a V.Ex. que se digne solicitar a S.M. o Imperador minha exoneração. Em presença das câmaras posso ser substituído, e nenhum embaraço traz a minha deliberação a V.Ex.

^ Termino agradecendo a V. Ex., o cavalheirismo com que sempre procedeu para comigo, e assegurando que sou, com a mais perfeita estima e distinta consideração, de V. Ex., amigo e criado muito obrigado - José Antônio Saraiva - 9 de julho de 1861."

^ Não concebo, Sr. Presidente, que possa alguém permanecer em um gabinete em que não reine a maior e a mais recíproca estima e confiança. Pergunto aos meus amigos, só por êsse fato eu estava ou não no direito de retirar-me?

^ Muitos Senhores: Estava, estava.

^ O Sr. Saraiva:- O homem de bem, aquele que serve ao seu país sem outro interêsse que não seja o de obter a estima de seus cidadãos, não pode ficar senão onde se acha na maior confiança na maior intimidade, porque são essas duas condições indispensáveis para a execução completa e segura do programa de um gabinete, (numerosos apoiados).

^ Agora permita-me a câmara duas palavras em nome do meu nobre e particular amigo o Sr. ex-ministro dos negócios estrangeiros, que não tem ainda assento na casa, e pediu-me que manifestasse a sua maneira de pensar.

^ O ilustre ex-ministro dos negócios estrangeiros acreditava comigo que não dispunhamos de tãoda a estima e confiança a que tínhamos indisputável direito por nossos precedentes e por nosso proce-

dimento no ministério.

^ Ele porém divergia de mim enquanto pensava que devíamos esperar se manifestasse essa falta de confiança por fatos que o país pudesse bem apreciar. Observei ao meu honrado ex-colega que isso nos faria talvez sair numa ocasião inoportuna e quando a câmara estivesse encerrada, o que dificultaria a reorganização ministerial. (Muitos apoiados).

^ Essa observação pôs-nos de inteiro acôrdo. Comuniquei minha deliberação ao nobre presidente do conselho. A câmara sabe o resto:

^ Saí portanto porque não me achava bem, e julgava-me com o direito a maior confiança e estima do que possuía. (Numerosos apoiados; muito bem, muito bem.)⁷

Daí por diante após estagiar na Liga Progressista, isto é, a aliança dos liberais e conservadores moderados, de duração efêmera (1862-1866), bandeou-se Saraiva para as hostes liberais de que se tornou um dos chefes de maior prestígio.

Na "Câmara de 1864, as duas figuras políticas de primeira grandeza", escreve Joaquim Nabuco, "são Teófilo Ottoni e Saraiva..." "A Saraiva segue a massa dos antigos conservadores, dos progressistas..." (Joaquim Nabuco, um Estadista do Império. Vol. II, pág.116, Obras completas).

Nomeado presidente da Bahia, em 1864, não aceitou o cargo.

A propósito da missão diplomática de que foi incumbido Saraiva, em 1864, no Prata, escreve o prof. Helio Viana:

"Assinado, em 1859, um tratado de recíproca neutralidade entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, não o ratificou o parlamento do último desses países.

"Eleito presidente o blanco Bernardo Berro, apesar de seus esforços não pôde ser conseguida a pacificação da república, cujo território invadiu em 1863, como revoltosos, Venâncio Flores, apoiado pelo governo argentino, então presidido por Bartolomeu Mitre.

"Durante todo êsse período repetiram-se e assumiram características cada vez mais graves, pela freqüência e crescente amplitude os conflitos na fronteira do Brasil, sem que lhe pudessem pôr um paradeiro os sucessivos governos do Uruguai.

"Em represália aos habituais roubos de gado, ataques às estâncias de brasileiros, e mesmo incursões de orientais ao território do Rio Grande do Sul, organizaram os estancieiros dessa província, sob a chefia de um dos prejudicados, o Barão de Jacui, idênticas expedições ao interior uruguaio. Mandaram, também, ao Rio de Janeiro, a fim de pedir sérias providências ao governo imperial, o General Antônio Neto.

.....

"Premido por aquela situação, resolveu o gabinete de São Cristovão mandar ao Uruguai, em abril de 1864, em missão especial, o Conselheiro José Antônio Saraiva, "personificação da honra, da moderação, do espírito de justiça e do amor aos meios suasórios", na autorizada opinião de Pandiá Calógeras.

"Consistia a sua missão na entrega, ao nôvo e partidariíssimo presidente do Uruguai, Atanásio Cruz Aguirre, de um ultimatum exigindo pagamento pelos prejuízos causados a brasileiros, punições dos responsáveis pelos assaltos conhecidos: se fôsse recusadas essas satisfações, fôrças brasileiras de terra e mar exerceriam represálias. "Saraiva, entretanto, preferiu silenciar sôbre tais exigências, a fim de ver se conseguia persuadir e pacificar os contendores, em vez de ameaçar."

"A 12 de maio apresentou suas credenciais. A 18, entregou uma nota muito cortês, expondo os fins de sua missão. Em resposta, recebeu uma comunicação furiosa e rude. Recusou discutir nesse tom, e a 4 de junho expõe quanto eram insignificantes os argumentos expendidos contra as reclamações que formulara. A 6 do mesmo mês, o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Rufino de Elizalde, e o ministro inglês em Buenos Aires, Edward Thornton, chegaram a Montevideú, a fim de oferecer os seus bons ofícios. Entabuladas as negociações com o próprio Presidente Aguirre, chegaram a bom têrmo, com elas concordando o chefe revolucionário Flores. Redigidos os respectivos protocolos, verificou-se, com surpresa, que o govêrno uruguaio, à última hora, resolvera substituir muitas de suas disposições por outras radicalmente diversas. Interrompidas as negociações, Flores recomeçou a luta armada e Saraiva partiu para Buenos Aires, em julho, à espera de novas instruções do Rio de Janeiro. Estas não podiam deixar de ser enérgicas: que desse um curto prazo a Aguirre para satisfazer as exigências brasileiras, as quais, não sendo atendidas, provocassem imediatas represálias. À vista disso, sômente a 4 de agosto mandou Saraiva, da capital argentina, o ultimatum, no dia 9 devolvido como inaceitável pelo govêrno uruguaio. Este, fiado no apoio que lhe garantiu o govêrno do Paraguai, chefiado pelo Marechal Francisco Solano López, a 30 do mesmo mês rompeu relações com o Império. Assinada, então, com Elizalde uma delclaração de que, em qualquer caso, de acôrdo com a invariável orientação brasileira desde 1828, seria mantida a independência do Uruguai, partiu Saraiva de volta ao Rio de Janeiro." (História Diplomática do Brasil, Helio Viana, pág. 118 e 119).

"Outro que não êle, ali, comenta Wanderley Pinho, qualquer que fôsse, com as instruções que tinha, desencadearia com o ultimatum a guerra imediata. Ao receber a nota de 24 de maio de 1864, de D. Juan José Herrera, onde a acusação a brasileiros, pelo ministro uruguaio, se fazia com a veemência cáustica de uma linguagem audaz, outro, qualquer dos nossos diplomatas, ter-se-ia lançado ao desforço, não em notas, mas na crueza das demonstrações bélicas. Saraiwa, entretanto, ouve as referências aos caudilhos brasileiros; ouve a explicação do que se entende por californias sôbre o Estado Oriental; sente estalar nos tímpanos a expressão insultuosa - piratas de fronteira, na qual se envolviam brasileiros, e não se susceptibiliza, antes aproveita da linguagem desarrazoada para enunciar claramente a idéia da paz e chamar o debate para essa questão fundamental." (Política e Políticos no Império, Rio de Janeiro, 1930, pág. 52)

Nomeado Ministro da Marinha do Gabinete de 12 de maio de 1865, chefiado pelo Marquês de Olinda, um mês depois foi transferido para a pasta dos Negócios Estrangeiros.

Sôbre o seu pensamento a respeito da nossa política externa, máxime dos nossos vizinhos do Prata, é deveras sugestivo o trecho de um discurso que proferiu na Câmara dos Deputados na Sessão de 10 de julho de 1859:

"Deixemos a política de generosidade, de cavalheirismo, a política que cuida do Estado-Oriental como de um filho predileto. Demos a mão à essa nação nas horas de agonia para sua independência, porém tenhamos sempre em vista que o Brasil nos merece mais do que ela.

"Os Estados Unidos da América não se elevariam ao grau de prosperidade em que estão se tivessem cuidado de outros países, e deixado de aplicar a seu engrandecimento todos os seus recursos.

"Nas vizinhanças de grandes lutas internas rodeados de convulsões intestinas, que aniquilavam outros Estados americanos, nunca sua política mudou, e nunca o mundo viu essa nação tão poderosa deixar correr uma lágrima diante das calamidades do México, nem dar um soldo a nacionalidade alguma que dêle tivesse precisão para escapar á torrente revolucionária. (Apoiados).

"Essa política é uma política egoista, na frase dos homens que defendem os direitos da humanidade em geral. A êles, porém, se pode responder que é absurdo ir curar as chagas que devoram as nacionalidade vizinha, sem ter curadas aquelas que turvam nosso horizonte político. (Apoiados).

"Uma política, pois, franca sem rivalidade e provocação,

uma política que nem peque por generosidade nem por complacente e sibilina, é a que nos convém manter em tôda a margem do Prata.

"Ninguém veja em minhas palavras uma recriminação ao passado, cuja responsabilidade tenho.

"A nossa política hoje alí é a política dos tratados, que só nos obrigam a ter interêsse por Montevideú, quando fôr ameaçada a sua independência: sei disso, e muito bem. O que quero, pois, é que se dê à política dos tratados uma execução perfeita e inteligente, que é aquela de que tenho tratado.

"Para a manter basta que o Brasil só dê a mão a Montevideú nas suas grandes agonias.

"A política dos tratados tem duas maneiras de ser executada,

"O Brasil pode achar, na influênciã dos Estados vizinhos sôbre Montevideú, e na sua aliança com um dos partidos dessa República, uma ameaça à sua independência: pode crer que a independência dêsse Estado só está ameaçada quando êle se sentir sem recursos para obter a vitória, estando empenhada a luta.

"O que eu desejo é que só o Brasil apareça, só faça sacrificios, quando se der a última hipótese. Antes disso faremos benefícios, e acharemos ingratos que nos caluniem: nos momentos, porém, de agonia, acharemos uma nacionalidade agradecida.

"Nem há perigo para essa independência que mantemos por nosso interêsse e por nossa honra, porque Montevideú será independente enquanto houver nessa república espírito de nacionalidade, e o Brasil lhes estender sua mão sempre generosa e forte por essa mesma generosidade e pelo respeito que inspira ao mundo a nação que não consente que uma de suas irmãs seja o prêmio da conquista. (Muitos apoia dos).

"Não sei se tenho dito com clareza o meu pensamento. Não venho à tribuna defender o passado, porém dizer sômente o que penso em relação ao futuro. Se no passado há erros, nós todos temos a responsabilidade dêsses erros, porque a nossa política no Rio da Prata é quasi uma só depois da batalha de Caseros, salva as apreciações de momento e de circunstâncias." (Anais da Câmara dos Deputados, 1859, pág. 40).

No período de 8 de julho a 10 de novembro de 1865, ocupou Saraiva, interinamente, a pasta da Guerra, em virtude do afastamento do titular efetivo.

Em 1867, por Carta Imperial de 12 de outubro, foi nomeado Senador pela Bahia, na vaga decorrente do falecimento do Barão de Uruguaiãna.

Temperamento retraído, atitude em que muitos viam uma gran

de dose de oportunismo, Saraiva nunca cortejou as posições. Preferia ser requestado. Nomeado Conselheiro de Estado em 5 de abril de 1879, não aceitou tão honrosa distinção.

Residindo de preferência em seu engenho, a cujo amanho se dedicava com carinho, daí o apelido do "Messias de Pojuca", alí mais de uma vez, violando-lhe o desejo de paz, foram buscá-lo, nos momentos de maior efervescência política para dirimir crises.

Assim foi que, em 1880, não tendo o futuro Visconde de Sinimbu conseguido levar a t^êrmo a reforma eleitoral, com a adoção do voto direto, a ^êle recorreu o Imperador. Inteirado do desejo do monarca por carta do presidente demissionário, respondeu-lhe Saraiva secamente: "Não, leia carta que escrevi ao Conselheiro Paranaguá".

Nessa carta, que tem a data de 12-2-1880, dizia Saraiva:

"Pedes-me que pense no futuro e te diga, minha opinião com franqueza: de que futuro cogitas? Em embaraços que o Gabinete há de encontrar com a dissolução, e em seu caminho até a realização de seu programa de reforma? Êsses embaraços são mais bem conhecidos por ti do que por mim, que estive sete meses fora do país e não no centro dos acontecimentos.

"Da eventualidade pouco provável de recorrer S.M. a mim para continuar a política do gabinete em relação á reforma eleitoral? "Sabes ainda que apóio e apoiarei o gabinete até o seu último dia de vida, porque os ministros são honestos e têm prestado grandes serviços ao país. Mas entre dar apoio e assumir a responsabilidade de um programa de constituinte, que nos conduziria a um beco sem saída, vai uma distância que não posso percorrer porque nunca acreditarei, nem acredito que a reforma da eleição direta deva ser feita por uma constituinte, e porque o Senado pode dizer que a nova Câmara, eleita por um processo vicioso e condenado não pode impôr ao Senado a adoção do processo rejeitado.

"Já vês, portanto, que quando mesmo S.M. se lembrasse de mim para continuar a missão do Ministério, eu não poderia satisfazer os seus desejos.

"Conheces o meu propósito de não ser Ministro: sei porém que não poderei recusar-me a trabalhar para a passagem de uma reforma a que ligo grande importância, e que em meu conceito, deve por o carro sôbre os trilhos e tornar o jôgo dos partidos, salvaguardando a coroa de t^ôda responsabilidade na ascensão ou queda dos mesmos partidos.

"Mas assumir a responsabilidade do governo sem a máxima liberdade nos meus movimentos e em meus planos é tarefa superior as minhas fôrças.

"Creio que tenho me expressado com franqueza e não te digo

nada de nôvo, porque desde a ascensão do actual ministério disse a um dos ministros em carta: "Mas se o Senado não tiver escrúpulos constitucionais seremos nós os liberais que nunca tivemos tais escrúpulos que persistiremos em querer constituinte? Se o ministério pudesse ou puder fazer votar por esta mesma câmara um projeto de reforma eleitoral facilitará muito a sua tarefa. Mas as declarações de nosso amigo o Sr. Sinimbu o inibem de dar êsse passo. E, pois, ou o ministério há de ir adiante e até que encontre obstáculos invencíveis, ou há de modificar o seu programa de modo a evitar êsses obstáculos.

"Não creio que um outro ministério com o mesmo programa, e qualquer que seja o organizador, obtenha a passagem do projeto de reforma constitucional.

"É possível, e até provável, que o Senado rejeite mesmo a reforma eleitoral feita por esta legislatura. Mas nesse caso se descobriria e teria de lutar com um gabinete mais feliz e que não teria de perder popularidade para fazer economias e aumentar a receita com impostos, etc. Sempre te disse, antes da tua entrada para o ministério, que tôdas as dificuldades do Sinimbu provinham de seu programa de constituinte. Êste programa seria prudente, seria muito digno de elogios se tivéssemos senado, porque nada mais natural do que atender aos escrúpulos alheios e respeitáveis. Mas o Senado é uma oligarquia, é uma máquina de guerra do partido conservador. E desde que se conhece isso, se conta com o emprego d'essa máquina de guerra, todo mundo pode determinar a época em que o gabinete tem de se ver na necessidade de uma retirada forçada, visto como todo mundo tão bem crê que S.M. nunca convirá nos golpes de estado, para reformar-se a lei eleitoral. Assim os Abissínios sabem de ante-mão que o gabinete Sinimbu não logrará o seu intento e não será reformador quanto mais executor da reforma eleitoral.

"Creio que te tenho falado com a maior franqueza. Escrevi apressadamente e para que recebas o mais breve possível a minha resposta que é sòmente para ti."

Explicando, posteriormente, na Câmara, os motivos porque, finalmente, acedeu, depois de receber um segundo telegrama de Sinimbu, assim se exprimiu Saraiva:

"No dia 6 de março recebi o seguinte telegrama:

"Tenho ordem de S. Majestade para declarar a V. Exa. que à vista da carta a que aludiu no seu telegrama de ontem, o encarregado organizar nôvo Ministério para realizar a reforma pelo modo que lhe parecer preferível.

"Recebendo êste telegrama, respondi que, em obediência à ordem de Sua Majestade, partiria para a Côrte o mais breve que me fôsse possível.

"Enquanto me preparava para partir, entendi dever escrever apressada, em um plano de reforma que contivesse todo o meu pensamento e do partido que represento no poder, a fim de que, ao chegar a esta capital, antes de organizar Ministério, pudesse oferecer a Sua Majestade o Imperador as bases da reforma projetada. O Senado bem compreende as razões por que assim procedi.

"A' lealdade que devo ao Imperador me aconselhava êsse passo. Era possível que o meu plano de reforma pudesse parecer a Sua Majestade contrário aos interêsses públicos, de modo que êle me recusasse a confiança com que me honrava, e então cumpria-me declinar ainda da tarefa de organizar Gabinete.

"De fato, ao chegar a esta Côrte fui imediatamente a São Cristovão, e apresentei a Sua Majestade as bases da reforma. Sua Majestade confirmou o que dissêra, isto é, que eu tinha tôda a liberdade para oferecer à consideração das Câmaras a reforma pelo modo que me parecesse preferível.

"Em consequência das novas declarações de Sua Majestade, que robusteceram a confiança que se dignara assegurar-me, organizei o Ministério que comparece hoje perante a Câmara dos Srs. Deputados.

"Tem-se mostrado desejos de conhecer o que disse nessas cartas.

"Disse mais ou menos o seguinte:

"Que a política da reforma constitucional do Gabinete passado me tinha parecido prudente, e sem meio de remover os embaraços que talvez fôsem criados pelos escrúpulos constitucionais do Senado.

"Mas que tendo sido rejeitado o projeto da reforma constitucional, nós os liberais não devíamos mostrar mais escrúpulos do que os nossos adversários.

"Que não era o mais próprio para continuar essa política, pois nunca tive mais escrúpulos constitucionais, e não podia tomar a responsabilidade de organizar um Ministério que afrontasse tôdas as dificuldades que deviam provir da persistência em uma reforma constitucional, que não podia ser reconsiderada pelo Senado depois de um apêlo para o País". (Organizações e Programas Ministeriais, pág. 186).

Estrategista parlamentar, não desconhecia Saraiva as dificuldades que o aguardavam.

A primeira delas residia, sem dúvida, no modo de obter-se a medida que alguns desejavam fôsse feita por meio de uma reforma constitucional, e outros por lei ordinária. Os maiores adeptos dêse último alvitre encontravam-se na Câmara Alta, entre os Senadores do partido Conservador. Conhecendo êsse perigo, que Sinimbu não pode contornar, Saraiva soube vencê-lo chamando a si as simpatias do referido grupo.

Para conquistá-la, e mesmo pondo em risco o seu prestígio de chefe liberal, passou a defendê-los no Senado. Foi sem dúvida golpe arriscado, mas do qual tirou grande proveito, e garantiu o triunfo da eleição direta.

Apresentado o projeto à Câmara dos Deputados, na sessão de 29 de abril, ali transitou o mesmo sem maiores embaraços, tal como acontecera com Sinimbu, e foi enviado ao Senado em 1º de junho e finalmente tornado lei a 9 de janeiro de 1881, pelo decreto legislativo nº 3029.

Julgando terminada a sua missão, solicitou Saraiva exoneração do cargo, com o que não concordou o monarca. Parecia-lhe imprescindível realizarem-se as novas eleições sob sua responsabilidade. Ferido o pleito, dêle saiu Saraiva amplamente vitorioso. Pela primeira vez, via-se uma Câmara equilibrada, sem as maiorias orkundas da pressão e corrupção. À essa circunstância, deve-se acrescentar terem sido derrotados dois membros do gabinete, Homem de Mello e Pedro Luís.

Insistindo pelo seu pedido de demissão, com êle concordou finalmente D. Pedro II, possuído de profundo pesar.

Em 1884, e ainda para solucionar uma crise, isto é, a reforma do elemento servil que Dantas não havia conseguido obter, voltou Saraiva à presidência do Conselho de Ministros. Desejoso de alcançar a libertação dos sexagenários, a êle recorria outra vez o Imperador.

No discurso com que se apresentou à Câmara, é quasi lacônico o tópico que dedica ao problema.

"O intuito do Ministério, quanto à questão do elemento servil, é apressar o mais possível a libertação de todos os escravos, dando porém tempo à nossa indústria agrícola para reorganizar o trabalho, e até auxiliando essa organização com uma parte do valor do escravo." (Organizações e Programas Ministeriais, pág. 217).

Muito mais rico em detalhes, sem dúvida, é o discurso que pronunciou na mesma sessão, em resposta a diversas restrições levantadas:

"Sr. Presidente, devo dar algumas explicações á Câmara, porque, infelizmente, não tendo muitas relações e muita intimidade com os membros militantes do partido liberal, sou para êles um pouco desco-

nhecido. (Não apoiados).

"Porque, perguntou-se-me, não falei da questão do elemento servil no Senado e na Câmara? Eu não precisava falar; posso dizer a todos os que compõem o partido liberal que eu não precisava falar e dizer o que queria (apoiados).

"Porque não formulei um programa positivo?

"Em uma carta que, há dezessete anos, dirigi ao meu finado amigo Sr. Nabuco, carta que me forneceram agora sem eu pedir, dizia eu o seguinte (lê).

"Com a escravidão, porém, do homem e do voto, não obstante a liberdade da nossa imprensa, continuaremos a ser, como somos hoje menosprezados pelo mundo civilizado, que não pode compreender se progrida tão pouco com uma natureza tão rica.

"Eu dizia ao meu ilustre e venerando amigo que o partido a que pertencíamos não podia, por honra sua e para não perder o nome de liberal, deixar de inscrever em seu programa a emancipação dos escravos.

"Sr. Presidente, reconheço as minhas faltas e as do meu partido. Os chefes que dirigiam o partido liberal cometeram uma grande falta, e daí t^oda esta luta. Não se combinaram para escolher o molde pelo qual se deveria resolver a questão do elemento servil (apoiados), e isto explica porque cada qual hoje apresenta o seu molde. Ora, é impossível fazer questão política de um d^eesses moldes (muito bem); em diversos pode fundir-se o problema servil, dando, entretanto, idênticas soluções." (Anais da Câmara dos Deputados, vol. III, Sessão de 11 de maio de 1885, pág. 33).

A leitura destas palavras deixa entrever, claramente, as reservas com que Saraiva encarava o problema da libertação dos sexagenários. Não o movia no caso nenhum interêsse pessoal, de vez que já havia libertado todos os seus escravos, depois da morte de sua esposa, D. Francisca Veloso Saraiva, em 1885. O que receava eram os prejuízos que podia acarretar à economia nacional.

Frio e calculista, não iria deixar-se envolver pelos arrebatamentos dos idealistas ou cortejadores de popularidade. Era evidente o seu desencanto. Nem parecia o mesmo homem da jornada da eleição direta. Cumpria uma missão, mas nela não punha a sua alma. Daí a irritação com que intervinha, por v^ezes, nos debates. Aguardava, apenas, o momento para retirar-se. Quando êste se apresentou, não tⁱtubeou.

Tendo dito a princípio que só abandonaria o poder mediante um voto de desconfiança da Câmara no tocante ao problema servil, afastou-se inesperadamente do poder. As razões que alegou, isto é,

a impossibilidade de reconstituir a maioria de seu espírito, pela hostilidade de muitos "liberais", não convence a ninguém, ao invés de justificar-lhe a atitude, deixam no ar várias interrogações.

Qual teria sido, efetivamente, a causa de sua retirada? Dentre os políticos de sua grei, da época, nenhum havia que com êle se pudesse ombriar em prestígio e autoridade.

"A situação liberal de 1878 a 1885 pode chamar-se a situação Saraiva. Em todos os ministérios, exerceu predomínio. Foi chamado e instado em tôdas as crises de então, para organizar gabinete, não organizando porque não lhe aprouve. E fazia-se esperar, fazia-se rogar quando o govêrno lhe era oferecido; permanecia impassível em seu engenho de Pojuca, com os olhos benévolos do país fixos na sua pessoa. Gozou, como ninguém, da confiança imperial."

"O Imperador (e Saraiva disso se vangloriava) praticava dôcilmente o que êle queria. O seu partido o acatava e venerava em máximo grau. Os adversários não cessavam de o elogiar, apontando-o como exemplo, apelando para o seu critério. Era o sábio Nestor, o Messias respeitado sem exceção."

"Belo tipo de homem, de alta estatura, busto erecto e olhos azuis, infundia respeito e simpatia a quantos dêle se acercavam. Abastado agricultor, podia encarar sem receios o futuro. Não deixou malbaratar na política os recursos que acumulou na vida agrária. Muito bem casado, os sobrinhos, que encaminhou e protegeu toda a vida, supriam-lhe a falta dos filhos.

"Homem feliz, tanto na vida pública como na particular, nunca viu seu nome envolvido em negócios escusos. Daí, poder jactar-se constantemente da sua honestidade, no que está acompanhado pelo côro dos seus adeptos." (Afonso Celso. Ob. cit. pág. 75).

O seu melhor perfil, traçou-o, indubitavelmente, Carlos Pontes:

"José Antônio Saraiva possuía desde cedo o dom magnético da autoridade. Essa a sua fôrça, reconhecida e proclamada, pelos próprios críticos, que lhe negam talento e cultura. Sem a sofreguidão dos postos de govêrno, tendo mesmo um certo fastio das posições, e além do mais, distante daquele espírito de clan que Oliveira Viana lobrigou tão acentuadamente em Zacarias, Saraiva impunha-se sobretudo aos moços, a quem dava pelo tom de discreta e estimulante cordialidade a impressão agradável de simples companheiro, apenas mais velho e experiente.

"Em política pertencia á categoria dos práticos, como os há em várias ciências, com a compreensão intuitiva das coisas. Preferindo os expedientes às idéias, jamais o inflamaram as grandes paixões, mas nos altos cargos a que chegava, embora sem entusiasmos, man

tinha-se sempre com rara dignidade.

"Inteligencia objetiva, sabia imprimir á administração um caráter progressista, abordando problemas de interêsse real. Provára-o nas presidências do Piauí e de São Paulo. (...)

"Saraiva foi dos políticos mais discutidos e diversamente julgados. Mas entre os desgabos de uns e os louvores de outros, deve haver lugar para o justo termo.

↑ Dois ilustres monarquistas - o Visconde de Taunay e o Conde de Afonso Celso - de passagem, dêle se ocuparam com muitas reservas. É verdade que o fizeram depois do advento republicano, com o amargor ainda da decepção que lhe causara a conduta do correligionário tão graduado, aderindo na primeira hora ao nôvo regime.

↑ O autor de Inocência vai a ponto, para mostrar a ignorância do estadista baiano, de dar curso a versão um pouco absurda em que se dizia êle, quando ministro da Fazenda, certa feita, em conversa com um corretor de fundos públicos, confundira lucros com câmbio!

✧ Não dado a leituras, afirma-se que lia sòmente a Revista dos Dois Mundos, assim mesmo alguns números atrasados! Êsse, o refrão obrigatório de todos os seus críticos. Num estadista instintivo, como êle, a ciência convencional dos livros não iria talvez perturbar a sabedoria espontânea - única que lhe bastava - a da própria vida?!

↑ Há uma frase que se attribuía a Tavares Bastos, e que fez certo ruído, graças á circulação que lhe deu o Conde de Afonso Celso. A frase tem um sabor de Rivarol, e define Saraiva admiravelmente: "Ave de vôo curto, mas sabendo bem onde pousar."

↑ Mal satisfeito com o juízo do autor dos Oito Anos de Parlamento e com a divulgação irreverente, um sobrinho do estadista, conhecido desembargador mineiro, publica uma réplica vivaz, na qual transcreve várias cartas dirigidas pelo publicista alagoano ao amigo Saraiva, cartas onde se lêem as mais altas e afetuosas expressões de respeito, concluindo o magistrado por contestar a autenticidade da frase. Apócrifa ou não, o que se não pode negar é que ela se ajusta magnificamente ao político baiano... O conceito não chega a ser desprimoroso, encerra antes um elogio.

↑ Entre tantos pássaros cantores do Império, mas de pouso incerto, ser afinal ave de vôo curto, sabendo bem onde pousar, não deixava de ter suas vantagens!... E para que vôos mais largos? Se para mover-se com êxito na vida pública, os grandes surtos são muita vez, como as asas no Albatroz baudelairiano, um angustioso embaraço...

"Q que ninguém ousa recusar a Saraiva é uma rara distinção. A falta de apêgo profissional aos cargos públicos, o alheamento às

intrigas e competições de ministérios, preferindo, com a dignidade de um Cincinato, o recolhimento dos seus domínios rurais de Pojuca aos encantos frívolos da Côrte, o seu desdém pelas honrarias, tudo isto dava-lhe à fisionomia política um cunho original no meio das ambições e vaidades dos homens."

"Os moços acompanhavam tais atitudes com simpatias e divisavam nêle, não o concorrente temível - por muitos títulos e direito de antiguidade - mas o veterano indulgente a retrair-se cauteloso, deixando-lhes livre o caminho para a vertigem das posições... (Tavares Bastos, 1839-1875, vol. 136, pág. 179 a 184).

No tocante ao problema do elemento servil, é oportuno informar o seguinte: "Libertou seus escravos todos antes da lei da abolição por ocasião da morte da mulher. Fez reuni-los todos para ouvir uma missa; fez-lhes uma prática, pagando salários aos que permaneceram ao seu serviço. Ficaram todos, porque o Conselheiro Saraiva foi sempre muito bom para seus escravos." (Teodoro Sampaio, Apontamentos - (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

Passaremos a reproduzir em seguida, alguns trechos do depoimento do Conde de Afonso Celso:

"Desdenhava exhibir-se. Ao geito dos remadores, dava costas, ao alvo colimado, caminhando para êle. Ao invés de Dantas, não se esforçava por agradar, preferindo impôr-se. Seguia as práticas orientais: sabia esquivar-se, ocultar-se, rodear-se de mistério, o que dobrava a curiosidade e aumentava o interêsse relativamente à sua pessoa.

"... falava em tom de conversa, com a maior simplicidade e incorreção. Por isso mesmo agradava, conseguindo o fim supremo da eloquência - a persuasão. Era ouvido com deferência e prazer. Voltava-se todo para os adversários, cujos aplauso e adesão buscava, mesmo em detrimento dos correligionários. Mostrava certa habilidade em ferir o ponto essencial das questões, de um modo brusco e frisante, não despido de originalidade. Dos seus discursos nenhum sofre a leitura, ou pode ser citado, apesar de só serem publicados após repetidas revisões de amigos. (Oito Anos de Parlamento, Afonso Celso, Rio de Janeiro, 1901, pág. 78-79).

A filosofia política de Saraiva, e quem o lembra é o Conde de Afonso Celso, pode ser consubstanciada no seguinte conceito:

"... argüido de uma feita por não ter tomado certa resolução oportuna respondeu: "a medida era boa, mas arriscada; não a puz em prática porque se acertasse, ninguém me agradeceria, e se errasse todos me caíam em cima." (Oito Anos de Parlamento, Rio de Janeiro, 1901, pág. 86).

Ao contrário de muitos estadistas do Império, dos mais esclarecidos, Saraiva nunca pôde alimentar dúvidas acerca do terceiro reinado. A propósito de uma palestra que teve a êsse respeito com o próprio monarca, publica Salvador de Mendonça página das mais interessantes, sem divulgar, no entanto, a data em que se teria verificado o encontro.

"O Imperador, informa áquele diplomata e homem de letras, recebeu o Conselheiro Saraiva com manifesta satisfação, e fazendo-o sentar perto de si, ouvira de sua boca, pouco amiga de cortesias, mas sempre leal, sincera e respeitosa, a exposição clara e franca da situação política. A república aí vinha e nada estava preparado para recebê-la. Assustava-o a perspectiva da anarquia e o desencadeamento das paixões. Era preciso ir ao seu encontro para se evitarem os abalos que fatalmente acarretaria.- E minha Filha? inquiriu o Imperador comovido."

"O reinado de Vossa Filha não é dêste mundo", respondeu o Conselheiro Saraiva, confirmando assim no ânimo do Imperador uma informação que eu lhe dêra uma semana antes, quando me pergunta o que receiava os Republicanos do reinado de sua sucessora, e eu lhe respondera que o seu devotamento ao clericalismo. "Além do mais, continuou o Sr. Saraiva, o Príncipe Consorte é muito impopular.(...) E prosseguiam nesse tom, quando o Imperador perguntou-lhe o que aconselhava que fizesse.

"Democratizar o Império, e não liberalizá-lo à moda de Napoleão III, como provavelmente se iria fazer."

"Pois Sr. Saraiva, que se encarregue de organizar o nôvo Gabinete."

"Só me poderia encarregar disso, se Vossa Majestade me autorizasse a ir declarar ao Parlamento que, em nome do Imperador, vinha apresentar tôdas as reformas, - a começar pela Federação das Províncias - necessária à transformação do regime Monárquico em regime puramente Democrático, de modo que a República viesse sem abalos." E o Conselheiro Saraiva acrescentou que, quando o Brasil estivesse preparado para a República, esta devia ser proclamada em um Parlamento, eleito pela vontade livre da Nação, perante o qual o Imperador abdicasse os seus poderes, fato nunca visto na História, e digna coroa do seu reinado, serviços e patriotismo. (Coisas do Passado - Revista do Livro nº 200 - Ano V, Dez.1960, pág. 123/24).

"Sempre simpatizei com Saraiva, costumava dizer o Imperador, mas depois da sua honesta abstenção eleitoral, tudo me merece. Creio entretanto, que não me retribue na mesma moeda, pois esquiva-se quanto possível, de me vêr e estar comigo. Muitos anos passou sem aparecer em São Cristovão. Não lhe levo isto a mal, mas sinto de-

veras." (Visconde de Taunay, *Reminiscências*, 1923 - pág. 129-131).

Chamado ao Paço da Cidade, na noite de 15 de novembro, aonde recebeu a incumbência de formar novo gabinete, em substituição a Silveira Martins, indicado por Ouro Preto, porém ausente do Rio, condicionou à aceitação do cargo a uma consulta a Deodoro.

Do que ocorreu, então, ao pôr-se pela última vez ao serviço da monarquia, deixou-nos Saraiva alguns esclarecimentos:

"Comparecendo no Paço da Cidade, às 9 horas da noite de 15 do corrente, conversei com S.M. e é supérfluo referir o assunto da conversa. Recolhi-me à casa às 11 horas, e entre 1 e 2 horas da noite, fui convidado a voltar ao Paço.

"Conferenciei de novo com S. Majestade que me disse o seguinte: "O Conselho de Estado pleno acaba de aconselhar-me a organização de novo Ministério e mandei-o chamar para encarregá-lo dessa tarefa. Conhece a confiança que me merece, e pois dou-lhe carta branca, e farei tudo o que seu patriotismo me aconselhar: Respondi:- Nas circunstâncias difíceis que atravessamos não faltará a Vossa Majestade a minha coadjuvação. Deus queira que eu tenha a felicidade de ser ainda útil ao país e a Vossa Majestade.

"Desconfiava haver sido tomada pelo Marechal Deodoro a resolução de proclamar a República. Mas muita gente ainda acreditava que no ânimo de S. Ex. não estava senão o propósito de mudar o ministério.

"Recolhi-me, pois, a um gabinete do Paço, e escrevi a carta que alude a Gazeta de Notícias, e em aqual pedia a S. Exa. uma conferência no dia 16, dizendo-lhe o seguinte: "Sr. Marechal Deodoro - Encarregado pelo Imperador de organizar o novo Ministério, não quero e não posso fazer alguma sem entender-me com Vossa Excelência. Compreende o público que meu fim nessa conferência era verificar as intenções do marechal."

A resposta de Deodoro, como se sabe, foi escusar-se a qualquer entendimento, aliás inútil, de vez que o Diário Oficial já havia divulgado a lista dos novos ministros.

Cinco dias depois, fazendo côro com a grande massa de adeptos, aceitou Saraiva o fato consumado, eufemismo de que se lançou mão na época para justificar a grande onda de adesões. O fato, como é natural, provocou grande celeuma, dando origem aos mais acres comentários.

Dentre os políticos do Império de primeira grandeza, dos que tiveram assento nos conselhos da coroa, e que privaram da estima do Imperador, era êle o primeiro a dar semelhante passo...

"... Antigo colega do senado vitalício, encontrando-o no Rio de Janeiro, interpelou-o com vivacidade.

"- Então que idéia essa sua? perguntou. A que estímulo obedeceu o Sr. sempre tão cauteloso e refletido?

"- Ser útil ao Brasil, respondeu-lhe Saraiva. Quero ver se levo com geito êstes meninos, se os guio; senão muito terá que sofrer o país todo: depois retirar-me-hei da política. É, demais, simples ensaio ... pretendo...

"- Ah! pensa então que é ainda o Messias de Pojuca?! interrompeu o outro, que irritado, bruscamente se retirou." (Visconde de Tanay, Reminiscências, 1923, pág. 121).⁷

Consultado a respeito de sua candidatura ao Senado pela Bahia, replicou com acentuada altivez, (conforme nota que se encontra em meu arquivo, mas cujo destinatário é ignorado):

"Não peço, e nem rejeito votos: Nenhum valor teria para mim uma cadeira no Parlamento, se me não fôsse expontâneamente dada pelo Eleitorado de nosso Estado.

^ O que não me pode ficar bem é aceitar a entrada em chapa, organizada - ou protegida pelo Govêrno, porque contra essa funesta intervenção lutei sempre no regime monárquico: V.Ex. compreende bem que, sem a mais plena liberdade do voto, - a república - em nosso país será um regime explorado pelos mais ousados, e os menos escrupulosos -. O maior serviço que V. Ex. pode prestar à República, e à nossa Pátria é - combater as candidaturas oficiais - Só a pureza das urnas - pode dar ás novas instituições a virtude de assegurar e garantir tôdas as liberdades necessárias.. (Arq. particular do Cons^o Saraiva, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.)⁷

Eleito Senador pela Bahia à Constituinte de 1891, sua atuação foi das mais discretas, ~~sem uma passagem que revelasse o seu pa-
sado de velho e experimentado parlamentar.~~ Pelo ostracismo a que se votou, mais se assemelhava a um dos muitos neófitos da casa.

De sua passagem pelo Senado da República, ficou apenas a lembrança de um discurso que proferiu, dando o seu voto ao projeto que fixava uma pensão vitalícia para D. Pedro II, conforme determinava o art. 7 das Disposições Transitórias da Constituição de 24 de fevereiro.

É de realçar nesse discurso os conceitos que emite sôbre D. Pedro II, interpretados por muitos como uma confissão de seu arrependimento, e também a defesa que faz dos que se desligaram do trono.

"A revolução, dizia êle na sessão de 22 de agosto de 1891, exilou o Sr. D. Pedro II, e, no meio da irritação, que sempre acompanha as revoluções, ela teve uma orientação generosa e larga; deu 5.000 contos, não ao imperador, mas a êle e à sua família, o que

representa uma pensão anual de 300:000\$...

"O Sr. D. Pedro II rejeitou essa pensão e por uma razão muito simples: não podia reconhecer o ato revolucionário, que o havia exilado do seu país, sem crime e sem culpa nenhuma.

↑ Era impossível, e era ser insensato para aceitar um favor dessa ordem; mas êle o aceitaria, por exemplo, se a revolução tivesse mandado continuar a sua dotação até que as Câmaras viessem conservá-la, suprimi-la ou diminuí-la.

↑ Se o governo provisório tivesse essa orientação, em vez da que teve, o Sr. D. Pedro II talvez houvesse aceitado.

↑ Essa orientação era verdadeira, porque as revoluções prescindem dos poderes ordinários para tudo quanto não as pode fazer seguir o seu caminho. A expulsão do Imperador, por exemplo, e a extinção do Senado eram atos indispensáveis para que a revolução pudesse firmar-se; mas, seguramente, não era um ato necessário para ela ser firmada deixar que o corpo legislativo viesse decidir se o Governo Provisório fazia bem ou mal em ter deixado continuar a dotação do Imperador.

↑ Por consequência, a primeira orientação da revolução foi conservar ao chefe de Estado meios pecuniários, com os quais pudesse sustentar, na Europa, a dignidade de chefe monárquico do Brasil, que, por 50 anos, se correspondeu com os reis e com os Príncipes de tôdas as nacionalidades do mundo.

↑ (...) D. Pedro II, pela generosidade com que sempre procedia, pela rejeição de milhares de contos, que, por diversas vezes, as câmaras lhe quizeram dar, e que êle rejeitou, deve ser um homem pobre, mais rico do que o orador e do que outros pobres; porém, pobre em relação à posição que ocupa.

↑ Não vem portanto, tratar dêste ponto. O governo provisório honrou o Brasil, honrando o Imperador, com os 5.000:000\$, que lhe deu; e o Sr. D. Pedro II honrou também o país, rejeitando o presente.

↑ A revolução, cujos representantes, em grande maioria, na Constituição, disseram que se desse uma pensão ao Sr. D. Pedro II, reconheceu que êle foi um Chefe de Estado digno de gratidão pública pelos serviços prestados ao Brasil.

↑ O orador não foi um amigo pessoal, como se costuma dizer, da dinastia que acabou; mas ninguém mais do que o orador conheceu o Imperador, e nunca lhe descobriu uma falta em relação ao patriotismo, à honestidade, à tolerância e a outras virtudes excepcionais, que raras vezes se encontram reunidas em um homem. Por consequência, não se trata hoje de apreciar os serviços do Imperador, porque estão apreciados pela Constituinte, e apreciados, com raras exceções, por

todos os representantes da Nação que serviram ao Sr. D. Pedro II e que com êle conviveram.

^ Tem-se dito que aqueles que foram monarquistas sinceros, como o orador e outros, cometiam um ato de fraqueza reconhecendo a República; mas a República ninguém a pode desconhecer; e, como dizia Napoleão, no seu tratado com a Áustria: "É cego quem não a reconhece."

"... A monarquia foi o Sr. D. Pedro II. Teria ela a duração efêmera, sem a reunião de qualidades excepcionais que o Imperador possuía.

^ Disseram que as reformas radicais, que projetavam, trariam a República, e que já eram republicanos os que a desejavam. Pois bem, o eminente cidadão de que tratamos faria essas reformas, embora a República pudesse ser o seu resultado, porque êle sempre cogitou dos interesses da nação e não dos de sua família.

^ Estabelecendo a diferença entre os velhos e novos republicanos, o nobre senador por São Paulo (Rangel Pestana) não faz boa política.

^ Se os antigos monarquistas, isto é, os que serviram sempre o antigo regime, se reunissem neste recinto, o nobre senador estaria em natural minoria.

^ A nação é hoje republicana pela forma de seu governo, mas é preciso não esquecer que, em sua grande maioria, foi fiel ao regime monárquico.

Podem os antigos monarquistas servir a República tão bem como os mais puros republicanos antigos, dos quais foi chefe o nobre senador. (Senado, sessão de 22-8-1891, pág. 82-83).¹⁾

Se Saraiva alimentava esperanças de poder guiar os passos dos "meninos", o ambiente que encontrou no Senado deve tê-lo desiludido por completo. De seu antigo prestígio não encontrou ali a menor ressonância. Premeditadamente ignorado, relegado a um plano secundário, parecia apenas uma visão do passado. Decidiu por isso renunciar à cadeira de Senador. Dias antes de dar êsse passo, em carta endereçada ao Dr. Araujo Pinho, ~~como êle~~ futuro governador da Bahia, assim se externava:

"Tendo de renunciar por êstes dias a minha cadeira de Senador não posso deixar de preveni-lo disso previamente e agradecer-lhe o concurso valioso que deu á minha eleição, ou antes, à declaração feita por minha antiga província de que não foram sem valor os serviços que prestei ao Senado do Império. Minha gratidão é tanto mais sincera, quanto é robusta a convicção que tenho de que devi

o seu concurso ao Juízo que formara do meu patriotismo: A República meu amigo não precisa dos velhos. Esta tem muita necessidade de homens moços, do seu critério e patriotismo para opôr aos exploradores da fortuna pública que surgem de todos os pontos e não podem encontrar obstáculos nem nos homens eleitos pelo Provisório e nem por nossos antigos aliados, que desejam - que os Republicanos cada vez governem mal como a maior prova da bondade da monarquia.

^ Desejo que o mal seja a origem do bem com que sonham, e que não virá mais sob a forma monárquica por que a Monarquia foi o Sr. D. Pedro II e êste não tem um só descendente com as suas variadas qualidades.

^ Faço votos para que tenha sempre passado bem e assim sua Exma. Família.

^ Sempre e com a maior estima seu amigo afetuosos." (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arq. particular de João Ferreira de Araujo Pinho.)

^ Nos últimos anos de sua vida o Conselheiro José Antônio Saraiva, um dos vultos proeminentes do passado regime, retirou-se inteiramente à vida privada. Desenganára-se de vez de colaborar na República, como foi seu primeiro intento. Cedo, porém, reconheceu que na nova ordem de coisas não havia um lugar para si. Os velhos eram já instrumentos gastos. Agora, o tempo era da mocidade entusiasta que preparava o advento do nôvo regime.

^ Retirou-se o grande ministro para o seu engenho da Pojuca, na Bahia, e ali passou os últimos dias n'um retraimento completo.

^ Raros amigos o procuravam, a bem poucos recebia.

Passava dias inteiros no seu gabinete, entre os seus livros.

^ Tinha por hábito passear, falar e gesticular sòzinho. Nos últimos tempos êsse falr aumentou de diapasão, e então ouvia-se-lhe discutir, responder a apartes, aperorar como se estivesse numa sessão do Senado." (Teodoro Sampaio, Apontamentos - Arq. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

Indicado para concorrer, com segurança de êxito, à eleição para governador da Bahia, declinou do convite. Tinha chegado ao fim a sua carreira política.

José Antônio Saraiva faleceu na cidade do Salvador a 21-7-1895.